

## O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SOB UMA NOVA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES ACERCA DA NECESSIDADE DE SE PENSAR EM MÚLTIPLAS SUSTENTABILIDADES

**Gabriela Franco Duarte**

Graduanda em Geografia e Meio Ambiente  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
[gabriela.fduarte@hotmail.com.br](mailto:gabriela.fduarte@hotmail.com.br)

### Resumo

O presente artigo apresenta uma abordagem acerca do desenvolvimento, tal como discurso propagado pelos países Ocidentais a ser seguido por todos os outros países do mundo. A análise levará em conta a expansão do capitalismo como modelo produtivo, civilizatório e societário ao longo dos últimos cinco séculos, além das implicações de sua expansão na configuração do mundo contemporâneo. A partir disso, segue uma discussão sobre a viabilidade do termo “desenvolvimento sustentável” na atualidade, visando refletir e questionar a respeito de sua eficiência como processo mitigador dos problemas ambientais enfrentados atualmente pela sociedade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentos, Sustentabilidades, Capitalismo, Modernidade, Discurso.

## DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY IN A GEOGRAPHICAL PERSPECTIVE: RELATIONAL APPROACHES TO THINK NEW POSSIBILITIES

### Abstract

This article considers development as a discourse propagated by Western countries to be followed by the rest of the world. The analysis will consider the expansion of capitalism not only as shaping the configuration of the contemporary world, but also as serving as a productive model that for the past five centuries has functioned as a civilizing and socializing agent. This work also explores the viability of the term "sustainable development," aiming to reflect and question the strategy's potential to mitigate society's actual environmental challenges.

**Keywords:** Developments, Sustainabilities, Capitalism, Modernity, Discourse.

A temática do desenvolvimento, como vem sendo abordada no período pós Segunda Guerra Mundial, possui uma carga ideológica dominada pelo pensamento Ocidental – difundido durante os últimos cinco séculos – acompanhado do processo que se convencionou chamar de Ocidentalização. Esse processo consistiu na difusão do ideário europeu pelo mundo, radicada numa perspectiva de superioridade e eurocentrismo, sob a égide da colonização, exploração e dominação.

O desenvolvimento - prioritariamente econômico - foi almejado ao longo desses anos como o ponto máximo de um processo linear pelo qual todos os países do mundo deveriam passar, visando alcançá-lo como objetivo para adquirir os mesmo padrões de vida e consumo já vivenciados pelos países desenvolvidos.

Diante disso, estabeleceram-se noções e conceitos para uma melhor compreensão do que seria esse desenvolvimento e como este influenciou a configuração econômica, social e política dos países incitados a buscá-lo. Os termos selecionados para a discussão a ser desdobrada neste artigo são: modernização, representações, discurso e poder.

Baseado na trajetória do capitalismo a partir desses termos, o presente artigo pretende levantar uma crítica a respeito de como, na atualidade, o chamado desenvolvimento sustentável tornou-se um termo conceitualmente desgastado e não é mais suficiente como proposta de resolução dos problemas de cunho ambiental vivenciados pela sociedade.

Dessa forma, algumas questões orientam a abordagem aqui realizada, sobre as quais se deve refletir quando tratamos desse assunto: seria este termo ideal para os propósitos aos quais pretende alcançar? Mais ainda, seria correto acreditar que da mesma forma como o desenvolvimento econômico foi imposto como paradigma a ser seguido, o desenvolvimento sustentável também deveria ser aplicado a todos os locais de forma homogênea, conseguindo, de fato, ser eficiente?

### **O desenvolvimento como meta, discurso e as relações de poder nele embutidas**

O desenvolvimento como objetivo a ser alcançado por todos os países veio acompanhado de outros dois termos sem os quais não seria possível explicá-lo: modernização (como base concreta da modernidade) e progresso.

Como afirma Rua (2007, p. 152), “modernização seria sinônimo de ocidentalização e conduziria ao desenvolvimento e ao progresso”. Essas categorias aparecem como norteadoras, através das quais determinado país seria capaz de, efetivamente, tornar-se desenvolvido. Dentro desta ideia de

modernização, acreditou-se que as técnicas seriam os instrumentos capazes de levar aos países “subdesenvolvidos” o progresso e o avanço de que necessitavam. Contudo, de acordo com Gonçalves (2011, p. 15):

Há uma crença acrítica de que há, sempre, uma solução técnica para tudo. Com isso ignora-se que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido nele mesmo a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico.

A partir disso tem-se que Ocidente sempre propagou pelo mundo aquilo que considerava como a chave para alcançar o progresso, impondo ao “Resto” toda uma gama de representações e construtos próprios de sua cultura. As representações utilizadas pelo Ocidente tiveram a função de mascarar o real interesse exploratório por trás de suas ações e discursos, como uma cortina de fumaça. Ao ser incorporado e aceito pelo “Resto”, tal discurso ganhou papel indispensável na aquisição de poder por parte dos países Ocidentais, pois foram evidentes as relações de dominação e as hierarquias que esse processo trouxe consigo.

Porém, ainda de acordo com Gonçalves (2011), conceder à Europa o papel de protagonista no processo de modernização do mundo seria ignorar que tal continente, ao longo de sua história, se apropriou de conhecimentos e influências de outras partes do globo, como, por exemplo, as intensas trocas culturais e comerciais com o Oriente ocorridas ao longo de muitos séculos. A colonização ocorrida paralelamente à modernização teria sido o que permitiu à Europa ganhar força e constituir-se como centro hegemônico. Said (2007, p. 29) afirma, ao falar do Orientalismo<sup>1</sup>, que:

sem examinar este como um discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura européia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-Iluminismo.

Este mesmo autor nos aponta que o Oriente, então, teria sido uma invenção da Europa ocidental, uma vez que esta “ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até

---

<sup>1</sup> Uma das definições de Said (2007, p. 29) para o Orientalismo, tomando como referência o fim do século XVI, seria a do Orientalismo como “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”. Seria, então, uma ferramenta institucional criada pelo Ocidente para lidar com o Oriente, “fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o”.

subterrâneo” (SAID, 2007, p. 30). Em suma, tem-se que as relações desencadeadas ao longo da história entre Ocidente e Oriente foram mediadas pelo poder, pela dominação e contou com variáveis graus de uma hegemonia complexa. Necessário se faz, então, desvendar o que encobre essa cortina de fumaça, revelando-se, assim, que a difusão da ocidentalização e de seus corolários – desenvolvimento e modernização – são cercados de tensões ideológicas, rejeitadas pelas desiguais e assimétricas relações de poder.

A história do capitalismo demonstra que a visão utilitarista que o homem passa a ter sobre a natureza com o início da Idade Moderna, enxergando-a como mero recurso capaz de conferir-lhe riqueza, foi embutida como justificativa para a expansão deste modelo produtivo. Gonçalves (2011, p. 62) afirma que “desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza”, pois ser desenvolvido, nesse contexto, significaria ser industrializado, urbano, tudo aquilo que fosse o mais afastado possível da natureza. Com o fim da Idade Média, o mundo passa a não mais ser explicado pela matriz teológica e seus dogmas, mas o homem se torna o centro de todos os processos, passando a enxergar-se como algo exterior à natureza e não parte integrante dela, o que confere aceitação ao domínio e exploração sem limites dos recursos naturais.

As tecnologias que passam a ser desenvolvidas, bem como as técnicas – um componente muito destacado dessa modernização – difundidas após a Revolução Industrial, por serem capazes de acelerar o processo produtivo e conferir maiores ganhos sobre a produção – como economia de tempo e de gastos com mão-de-obra –, foram apresentadas como a solução para o atraso dos países subdesenvolvidos. Pregava-se que ao investirem em modernização técnica e científica, tais países superariam seu relativo atraso em relação ao Ocidente, avançando em direção ao progresso e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a visão eurocêntrica de superioridade sobre os povos da América, África e Ásia – considerados primitivos e atrasados – foi propagada através da utilização de discursos que legitimavam e justificavam a exploração e dominação destes povos. O capitalismo ganha então, um caráter

de modelo civilizatório, responsável por levar aos não-ocidentais a humanização da qual eram considerados desprovidos, sendo estes incorporados à “natureza natural”, juntamente com os animais. Os genocídios e etnocídios cometidos contra tais povos eram, então, aceitáveis sob a visão de que consistiam numa necessidade para o prevalecimento apenas de uma população mundial evoluída, civilizada. Há uma intensa negação do outro, a não aceitação de seus valores, costumes e conhecimentos, e a imposição de uma outra cultura, considerada mais correta, única passível de ser aceita.

Rua (2007, p. 163-164), ao reproduzir a visão de Coronil e Morin a respeito de tal assunto, afirma que as missões civilizatórias e os planos de modernização ocultaram a verdadeira violência por trás do imperialismo e colonialismo, e, contraditoriamente, ocorreram de forma paralela à mundialização dos direitos humanos, à ideia de democracia, autodeterminação dos povos e ao princípio iluminista de igualdade-liberdade-fraternidade.

Tal fato demonstra como o capitalismo se expandiu como um modelo repleto de contradições, utilizando-se das diferenças existentes entre os diversos povos para transformá-las em desigualdades, numa hierarquia onde a cultura europeia era exaltada, enquanto que as demais eram negadas, desvalorizadas, subjugadas.

O discurso do desenvolvimento veio ainda carregado de práticas de violência e opressão, onde as culturas locais e suas identidades foram suprimidas, gerando um processo de constante conflito formador de novas identidades e autoafirmações – assim como também de negação do que era imposto. Houve a intensa presença da ideia de que desenvolver-se significava negar o velho, o ultrapassado, correndo em direção ao novo, moderno e, com isso, a destruição de certas tradições seria um preço a se pagar para o alcance do almejado desenvolvimento.

### **O processo de globalização e suas implicações no desenvolvimento**

Apesar de muitos considerarem a globalização como um processo iniciado marcadamente na década de 1960, a partir das mudanças nas

técnicas que Milton Santos denominou por meio técnico-científico-informacional, outros consideram que tal processo se iniciou muito antes, com o período das grandes navegações, onde o homem estabeleceu relações com outras partes do globo, as quais foram repletas de histórias de luta, dominação, poder e exploração.

Se levarmos em conta essa visão, a globalização teria, assim, caminhado lado a lado com o capitalismo. Gonçalves (2011, p. 23) sugere quatro etapas do processo de globalização tendo como referência, em cada etapa, o modo como se deu a globalização da natureza. Seriam elas: o Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade; o Capitalismo Fossilista e o Imperialismo; o Capitalismo do Estado Fossilista Fordista; a Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional.

Com a globalização passou a haver uma recusa da escala local, construindo-se a crença de que o encurtamento das distâncias, “fim das fronteiras” e homogeneização dos espaços predominaria como configuração central das relações produtivas e sociais. Contudo, de acordo com Gonçalves (2011, p. 13) globalização não é um termo neutro, uma vez que a difusão desta crença possui como protagonistas corporações transnacionais e organizações multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, além de ONGs – às quais é de extremo interesse a ausência de fronteiras, bem como um mundo integrado que possibilite sua atuação de tal forma que políticas de caráter liberal sejam facilmente implantadas.

Percebe-se aqui, mais uma vez, a presença de um discurso marcado por uma forte intencionalidade, com a globalização sendo difundida como um processo capaz de trazer intensas modificações na dinâmica econômica, social, política e cultural da sociedade contemporânea. Gonçalves (2011, p. 22) explicita bem o discurso embutido por trás do tema ao afirmar que é comum ouvirmos que a globalização possibilita um mundo cada vez mais interdependente, mas que tal proposição deve ser olhada com cautela, pois dizer que os países hoje são fortemente interdependentes não significa dizer que são todos dependentes de forma igual dentro da ordem mundial. Sendo

assim, a ideia da globalização como processo integrador esconde em si a permanência de desigualdades de cunho econômico, social e político.

Ainda de acordo com Gonçalves (2011, p. 47) é possível perceber que a globalização neoliberal continua mantendo em si práticas colonialistas e imperialistas, sendo as dívidas externas e as políticas de ajuste os principais instrumentos de dominação e pressão política nos dias atuais.

No plano das resistências, cabe lembrar, emergem os movimentos antiglobalização, movidos, não raro, pela solidariedade, pela busca da autodeterminação, pela autonomia dos povos ditos marginalizados. Embora apoiados nas redes globais, posicionam-se contra a homogeneização, erguendo bandeiras de lutas, onde é possível entrever uma outra globalização, verdadeiramente progressista, em oposição às políticas liberais, de caráter reacionário, muitas vezes denominados neoconservadores.

### **Desenvolvimentos sustentáveis: construção de um novo conceito e novas possibilidades**

As últimas décadas do século XX viram emergir da sociedade uma mudança na postura em relação à preocupação com o meio ambiente e uma consciência de que o desenvolvimento econômico era capaz também de gerar uma série de problemas ambientais e sociais, de difícil resolução e mediação. Começou a ocorrer uma mudança na mentalidade de que os recursos naturais do planeta seriam infinitos e capazes de suportar as pressões sofridas durante séculos pela exploração capitalista. Dessa preocupação fez originou-se conceito de desenvolvimento sustentável. Considerado uma alternativa, esse conceito ganhou cada vez mais destaque a partir da década de 1990 e seu uso tornou-se mais frequente desde então.

Segundo Acsehrad e Leroy (1999, p. 14):

a idéia de desenvolvimento pode ser entendida de várias maneiras — e nenhuma delas é uma formulação neutra. O que sempre existiu foi a vontade do ser humano de se reproduzir, de crescer e de melhorar de vida. O desenvolvimento capitalista é uma versão dessa vontade sob a tutela de uma minoria que consegue geri-la em proveito próprio.

Contudo, nunca se chegou, de fato, a um real consenso sobre os aspectos que englobam o termo e nem a uma discussão crítica consistente que



visasse a apontar como chegar à sua realização. O termo acabou ficando conceitualmente gasto, ultrapassado, dando lugar a uma nova visão acerca do desenvolvimento, que será apresentada mais à frente. Foram valorizadas ações que tinham caráter muito mais figurativo do que eficiente, com pequenas ações sendo estimuladas e exaltadas principalmente pela mídia, enquanto não se avançava muito em discussões mais complexas, tanto práticas quanto conceituais.

Para Daly (2004) as ações de fato sustentáveis devem ser pensadas muito além do discurso que diz, atualmente, que bastaria apenas rotular o crescimento como sustentável ou “colori-lo de verde”, para que este torne-se eficiente. O referido autor apresenta uma crítica à visão que muitas pessoas têm de que crescer significaria aumentar a riqueza, sendo esta capaz de arcar com os custos “de limpar e aliviar a pobreza” (p. 199). Para ele, que a riqueza tornaria a resolução dos problemas referentes à pobreza de mais fácil resolução não é algo que esteja em discussão, mas deve-se pensar “se o crescimento da margem atual realmente nos torna mais ricos” (p. 199). Neste mesmo trabalho Daly (2004, p. 200) afirma ainda que:

Uma economia em desenvolvimento sustentável adapta-se e aperfeiçoa-se em conhecimento, organização, eficiência técnica, e sabedoria; ela faz isso sem assimilar ou acrescentar uma porcentagem cada vez maior de matéria-energia do ecossistema para si, mas, antes, pára a uma escala na qual o ecossistema remanescente pode continuar a funcionar e renovar-se ano após ano.

Sendo assim, aponta para um desenvolvimento qualitativo, que seja capaz de melhorar os níveis de vida da sociedade sem que para isso sejam aumentados os níveis de impacto sobre o ambiente natural. O desenvolvimento sustentável tal qual tem sido difundido até hoje, estaria então, fadado ao fracasso, na medida em que enfatiza a lógica do mercado, a competitividade, a produtividade, que juntos, privilegiam o viés quantitativo, isto é, aponta para longe a perspectiva da “sustentabilidade.”

É em Escobar (2005, p. 2) onde podemos observar que o conceito de desenvolvimento nas ciências sociais passou por três momentos ao longo dos últimos cinquenta anos: a teoria da modernização (décadas de 1950 e 1960), a teoria da dependência (décadas de 1960 e 1970) e por “aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural” (segunda metade da década de



1980 e década de 1990). Cada teoria é correspondente a um paradigma do qual é originária, sendo respectivamente: teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas. A primeira teoria (da modernização) trouxe consigo a certeza de que o capital, a ciência e a tecnologia trariam apenas benefícios para todos os países do mundo. Sendo assim, através dela os países subdesenvolvidos seguiriam etapas que conduziriam ao seu pleno desenvolvimento. Contudo, a teoria da dependência veio abalar a primeira, pois afirmava que as raízes do subdesenvolvimento “se encontravam na conexão entre dependência externa e exploração interna, não em uma suposta carência de capital, tecnologia ou valores modernos.”<sup>2</sup> Já a partir dos anos 1980 – onde se enquadra a terceira teoria – percebeu-se um crescente número de críticos culturais que, em diversas partes do mundo, começaram a questionar o conceito de desenvolvimento como um discurso ocidental, utilizado como mecanismo com intenso poder de operar sobre a produção cultural, social e econômica dos países denominados terceiro mundistas.

Assim, para aqueles que defendiam a teoria da dependência, o problema não residia no desenvolvimento em si, mas sim no capitalismo, que teria sido propagado como discurso originário do Ocidente, poderoso em sua capacidade de (re)produção social, cultural e econômica do Terceiro Mundo. Ainda de acordo com o autor supracitado, tais teorias pretendiam reestruturar totalmente as sociedades subdesenvolvidas.

Pensando o desenvolvimento hoje, carregado da sustentabilidade de que necessita para amenizar os diversos problemas e conflitos gerados pela lógica capitalista na sociedade ao longo dos séculos, defendo que o termo correto a ser refletido seria “desenvolvimentos sustentáveis”, em sua forma plural. É impossível falar de sustentabilidade sem que se leve em consideração as especificidades de cada lugar. Cada povo deve ser capaz de decidir o que se aplica à sua cultura, à sua vivência e experiência de vida. Como cada lugar evolui de forma diferenciada, não se pode esperar que medidas que deram certo numa dada localidade, alcancem eficiência em todos os outros lugares do mundo. As diferenças ainda persistem, o local ainda importa e por mais

---

<sup>2</sup> Esta, tal como as demais citações que no original se encontravam em língua estrangeira, foram por mim traduzidas para o português.

intensas que sejam as pressões do processo de globalização, seria demasiado equivocado continuar pensando que um único paradigma é capaz de dar conta das necessidades de cada local.

Conforme Rua (2007), ao utilizar-se de pensamentos expostos pelo geógrafo anglo-saxão David Harvey, atenta para o vício que a sociedade tem de deter-se sempre sobre uma escala, pensando justamente que o global determina tudo. Tal fato mostra como a ideia de globalização como processo definidor das relações espaciais nos dias atuais já está internalizada no pensamento desta mesma sociedade. Muitas vezes o próprio regional e o local são submetidos à lógica global, aceitando o modelo hegemônico de desenvolvimento, que

não permite a existência do múltiplo, isto é, do direito de cada sociedade de definir seus próprios modelos de desenvolvimento[s], estabelecendo seus parâmetros de justiça social e qualidade de vida [...]. Às geografias de cada sociedade, nas múltiplas escalas da vivência, corresponderiam modelos particulares de desenvolvimento e sustentabilidade. (RUA, 2007, p. 170)

E prossegue:

“Deveria deixar-se aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades e de definir os padrões de sustentabilidade, escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento.” (RUA, 2007, p. 171)

Sendo assim, um desenvolvimento sustentável só seria eficaz na medida em que fosse capaz de lidar com as necessidades específicas de cada local, sem que permanecesse nos países terceiro mundistas o constante desejo de serem iguais aos países de Primeiro Mundo, como “se a felicidade humana só tivesse uma via, a que os ocidentais estabeleceram para si, mas que se deu com a pilhagem do planeta como um todo.” (GONÇALVES, 2011, p. 48). Uma outra proposta apontada por Acselrad e Leroy (1999, p. 14) seria: “fazer das camadas populares sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural”, sendo este o desafio na construção de uma sustentabilidade democrática.

### Considerações finais

O capitalismo expandiu-se como modelo produtivo e societário, levando consigo uma série de representações, discursos, práticas de poder e opressão que, impostas aos diversos países do mundo, garantiam cada vez mais as contradições necessárias para sua manutenção. O paradigma do desenvolvimento inseriu-se nessa lógica como meta a ser alcançada por países de Terceiro Mundo visando uma equiparação aos países já desenvolvidos. Tal modelo começou, contudo, a ser contestado pelos inúmeros problemas que ocasionava nas esferas ambiental, social, econômica, política.

Essa breve análise conduziu-nos a pensar o desenvolvimento sob uma nova perspectiva, que seja capaz de garantir sustentabilidades que deem conta das diversidades existentes no espaço real que, como foi demonstrado, não consiste numa categoria homogênea, de fácil compreensão, consistindo numa tarefa de notável dificuldade. Percebe-se a dificuldade encontrada por estudiosos do tema para se chegar a um conclusivo, sendo necessário cada vez mais debates que levantem essa temática e deem conta de perceber que soluções homogeneizadoras e/ou universalizantes não serão capazes de responder às complexidades de um espaço tão diversificado.

Além disso, deve-se ater à noção de que os conceitos de desenvolvimentos e sustentabilidades não são estáticos, mas estão sempre em constante movimento e transformação, de acordo com as mudanças que cada sociedade estabelece no que diz respeito às suas relações com a natureza.

### Referências

- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: FASE, 1999. 30 p.
- DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas (SP), v. 7, n. 2, jul.-dez. 2004. p. 197-201.
- ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In*: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 461 p.



RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p.

Recebido em agosto de 2012; aceito em setembro de 2012.